



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0806907-79.2022.8.18.0140

CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)

ASSUNTO(S): [Receptação, Crimes do Sistema Nacional de Armas, Roubo Resistência, Prisão em flagrante]

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

REU: ITALO DA SILVA ARAUJO

SENTENÇA

Vistos estes autos.

I – RELATÓRIO

Trata-se de **ação e aditamento à inicial acusatória** (ids 25256839 e 27910547), apresentados pelo **Ministério Público Estadual** em desfavor de **ÍTALO DA SILVA ARAÚJO**, brasileiro, natural de Monsenhor Gil-PI, nascido aos 22/02/1992, CPF nº 057.258.843-76, RG nº 3036404 SSP-PI, filho de Maria Luíza da Silva Araújo, residente e domiciliado à Quadra A, Condomínio dos Ipês, Apt. 200, s/n, Conjunto Torquato Neto, CEP nº 64037045, **dando-o como incurso nas sanções penais previstas no art. 157, §2º, II, §2º-A, c/c 329, todos do Código Penal c/c art. 14 da Lei n. 10.826/03, na forma do art. 69 do CP.**

O autuado foi preso em flagrante delito e teve a prisão preventiva decretada pelo MM. Juiz de Direito da Central de Inquéritos (id 24717956), em 24/02/22.

Acompanha a denúncia, o Inquérito Policial n.2296/2022 (id 24847534 e 24847535). O procedimento foi instruído auto de prisão em flagrante delito, com boletins de ocorrência alusivo ao fato (fls. 9/12 e fls. 23/24), termos de declarações da vítima (fls. 21/22 e fls. 12/13 id 24847535), termos de depoimento dos condutores/testemunhas (fls. 13/14, 15/16, 17/18), auto de exibição e apreensão 19), requisição de exame pericial em arma de fogo (fls. 20), auto de reconhecimento indireto (fls. 14/15), Relatório Policial (fls. 20/22 – id 24847535), laudo pericial da arma de fogo (id27501805).

Em síntese, sustenta o *Parquet*:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

Fato 1 – Resistência (art. 329 do CP)

"(...) Nesse contexto, após perseguição e resistência do ora Denunciado, sendo necessária uso de força física, os policiais conseguiram detê-lo, encontrando em seu poder uma arma de fogo, tipo pistola, marca "Taurus", 9mm, nº ABH810026, municiada com 06 (seis) cartuchos de mesmo calibre, estando cinco intactos e um aparentemente picotado, roubada da vítima FRANCISCO ORLEANCIO RODRIGUES LEITÃO, policial militar, aos 24 de janeiro de 2022, nesta Capital, conforme consta Boletim de Ocorrência nº 00012637/2022."

Fato 2 – Roubo (art. 157, §2º, II, §2º-A, I, CP)

"(...) Consoante o que consta na peça policial, que no dia 24.01.2022, por volta das 03h00min da madrugada, FRANCISCO ORLEANCIO RODRIGUES LEITAO encontrava-se na frente da casa de shows Fundo de Quintal, localizada na Avenida Zequinha Freire, quando percebeu que ITALO DA SILVA ARAÚJO portava uma arma de fogo. Nesse contexto, com a ajuda dos seguranças da festa Francisco tentou abordar o indivíduo, porém, este reagiu e entrando em luta corporal. Nesse momento, Ítalo da Silva sacou sua pistola. Ato continuo os amigos do ora denunciado, chamado de "bonde dos quarenta" (cerca de dez pessoas dentre ela mulheres e homens) também entraram para agredir FRANCISCO, e neste momento ITALO conseguiu subtrair a pistola da vítima de calibre 9mm, a qual estava com um carregador municiado e também levaram outro carregador também municiado, sendo ao todo 16 munições que também foram subtraídos. Diante da situação FRANCISCO ORLEANCIO RODRIGUES LEITAO entrou em contato com o Major Audivan, chefe da força tarefa de Teresina, informou o nome do Investigado e em diligência este conseguiu capturá-lo na região do Torquato Neto";

Fato 3 (art. 14 da Lei n. 10.826/03)

Posteriormente, no dia 23 de fevereiro de 2022, por volta das 15:00hrs, após receberem informações, policiais empreenderam diligências no Condomínio Caneleiro, Conjunto Torquato Neto, nesta Capital, para a captura Denunciado, ITALO DA SILVA ARAÚJO, que, inclusive, estava com o mandado de prisão nº 0003868-20.2016.8.18.0140.01.0006-15, pendente de cumprimento. Que, ao chegar ao local, os policiais perceberam que estava ocorrendo um churrasco e visualizaram o ora Denunciado. Em seguida, ao observar a presença dos policiais, aquele efetuou um disparo de arma de fogo contra a guarnição e empreendeu fuga. Nesse contexto, após perseguição e resistência do ora Denunciado, sendo necessária uso de força física, os policiais conseguiram detê-lo, encontrando em seu poder uma arma de fogo, tipo pistola, marca "Taurus", 9mm, nº ABH810026, municiada com 06 (seis) cartuchos de mesmo calibre, estando cinco intactos e um aparentemente picotado, roubada da vítima FRANCISCO ORLEANCIO RODRIGUES LEITÃO, policial militar, aos 24 de janeiro de 2022, nesta Capital, conforme consta Boletim de Ocorrência nº 00012637/2022. A vítima compareceu a central de flagrantes, reconheceu a sua arma de fogo subtraída e realizou os demais procedimentos necessários.

A denúncia foi recebida em **20/03/22** (id 25366953). O aditamento, por sua vez, foi recebido em **20/06/22** (id 28636131).

Citado (id 25497072 - 22/03/22), o acusado ofereceu resposta à acusação (id 26407002) e ao aditamento (id28629635), através da Defensoria Pública do Estado do Piauí.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

Decisão (id 26459489) afastou as hipóteses do art. 397 do CPP e designou audiência de instrução e julgamento, ante a necessidade de coleta de prova oral.

Em sessão ocorrida em 13/05/22, o titular da ação penal entendeu cabível a reclassificação/substituição dos fatos narrados na inicial, apresentando aditamento (id 27910547), em 30/05/22. Intimada (id 28205323), a defesa apresou impugnação ao aditamento (id 28629635).

O aditamento **foi recebido em 20/06/22** (id 28636131).

Em audiência de instrução e julgamento (id 27303495, 27303496), foi ouvida a vítima (Francisco Orleancio Rodrigues Leitão), as testemunhas (Avelar dos Reis Mota e Everardo Pinheiro Sampaio Souza) finalizando com o interrogatório do denunciado.

A mídia audiovisual foi registrada, conforme certidões (id 27302992 e 30236710).

Certidão de antecedentes criminais foi anexada aos autos (id 30298831).

Em memoriais (id 30603048), o **órgão acusatório** requereu a condenação do acusado como incurso nas sanções previstas no Art. 157, §2º, II e §2º-A, I, do CP c/c art. 14 da Lei n. 10.826/03, negando-se o direito de recorrer em liberdade. Entendeu, ainda, o titular da ação penal que o réu deveria ser absolvido em relação ao delito descrito no art. 329 do Código Penal.

A **defesa** do investigado (id 31120821) pugnou pela absolvição de Ítalo em relação aos delitos descritos nos arts. 157 (roubo) e 329 (resistência), ambos do Código Penal. Em caráter eventual, requereu a fixação das penas no mínimo legal, o decote das majorantes do emprego de arma de fogo e concurso de agentes, aplicando a atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, alínea "d", CP), em relação ao delito descrito no art. 14 da Lei n. 10.826/03 (porte irregular), a concessão do direito de recorrer em liberdade.

É o sucinto relatório.

Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, passo ao **exame do mérito**, seguindo em toda sua plenitude o princípio da motivação judicial previsto no art. 93, IX, da Constituição Federal de 1988, e no art. 489, §1º, do Novo CPC (Lei Federal nº 13.105/2015) c/c art. 3º do CPP; não se olvidando, ainda, ao

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

devido respeito aos precedentes judiciais oriundos dos tribunais superiores e do egrégio TJPI, conforme regra processual prevista no art. 927, incisos I a V, do CPC c/c art. 3º do CPP.

Fato 1 – art. 329 do Código Penal

Dispõe o **art. 329, do CP**, *in verbis*:

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Em vista disso, somente há delito se houver resistência ativa, caracterizada pelo emprego de violência ou ameaça contra funcionário público para impedir execução de ato legal, exigindo-se dolo específico para o reconhecimento da conduta imputada.

Deste modo, por entender ausente a comprovação de dolo na conduta do réu, durante o cumprimento do mandado de prisão, vislumbro o ato narrado como mera relutância contra o ato de prisão, o que autoriza a absolvição, *com base no art. 386, VII, do CPP, ante a insuficiência probatória da materialidade do crime.*

Fato 2 – art. 157, §2º, II, §2º-A, inciso I, do Código Penal**MATERIALIDADE**

A materialidade do crime encontra-se demonstrada através da juntada do **Inquérito Policial n. 2.296/22**, depoimento da vítima em sede judicial e extrajudicial (id 24686861 – P. 19/20 e id 24847535 – Pág. 12/13), relatos das testemunhas na fase policial e judicial, auto de exibição e apreensão (id 24686861 - Pág. 17), boletim de ocorrência (id – id 24847534 – Pág. 23/24), Relatório Policial (fls. 20/22 – id 24847535).

AUTORIA

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

A *autoria* também restou comprovada, diante das declarações prestadas pela vítima (*Francisco Orleânco - PM/PI*).

Certo é que a prova colhida expõe com **clareza, coerência e harmonia** todo o *modus operandi* praticado pelo réu e não deixa dúvidas de que ele foi um dos responsáveis pela prática do delito investigado nesta ação penal.

Nesta esteira, as declarações da vítima devem ser tidas como idôneas à **comprovação da autoria, considerando que narrou os fatos com firmeza e segurança e reconheceu o acusado com convicção, como sendo um dos participantes do roubo que foi vitimado**. Registre-se que em crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima guarda especial relevância, tendo em vista que em linha de princípio, **seu único interesse é o de identificar o verdadeiro responsável pelo crime**. A propósito leia-se a jurisprudência:

"A vítima é sempre pessoa categorizada a reconhecer o agente, pois sofreu o traumatismo da ameaça ou da violência, suportou o prejuízo e não se propõe a acusar um inocente, senão procura contribuir - como regra - para a realização do justo concreto (RT, Vol. 739, página 627).

Conforme se verifica, na prova produzido sob o crivo do contraditório, a vítima **RATIFICOU** de forma firme e coerente o reconhecimento realizado na fase investigatória. Ao que se percebe, os depoimentos são uniformes em relatar a participação do acusado, **ÍTAO DA SILVA ARAÚJO**, na ação criminosa (segundo depoimento da vítima foi o acusado quem acionou seus comparsas que invadiram o local, espancaram Francisco Orleânco, recuperaram a arma do denunciando e levaram a arma utilizada pelo policial), **sendo que esses elementos foram ratificados em juízo**.

Logo, a preocupação do juiz deve se limitar à pesquisa acerca da presença de motivo espúrio capaz de levar a vítima a apontar o réu como autor do crime descrito na denúncia, **circunstância inexistente no processo sob julgamento**, razão pela qual, do confronto entre as suas palavras e a negativa de autoria sustentada pelo acusado, confiro valor preponderante àquelas – **o que prejudica a tese absolutória propugnada pela defesa**.

Destaca-se que em crimes como **furto e roubo**, que como regra são perpetrados contra pessoas que não possam oferecer resistência e sem que haja a presença de outras testemunhas.

Logo, a meu ver, inócurre nulação, restando plenamente demonstrada a **autoria do acusado no crime**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

Por fim, vale lembrar que eventuais irregularidades na fase policial não contaminam o processo judicial, que observa o contraditório e a ampla defesa.

O acusado, em seu interrogatório, negou a prática do delito de roubo.

No que se refere ao **exaurimento do delito**, percebe-se que restou **consumado**, tendo o acusado percorrido todas as etapas do “*iter criminis*”, consoante as provas analisadas nos autos. Foi demonstrado, pelos elementos colhidos nos autos, que a arma de propriedade do policial (vítima) **saiu da sua esfera de disponibilidade**, vindo a ser apreendida em poder do inculcado por policiais da força-tarefa da Polícia Militar do Piauí, responsáveis pelo cumprimento do mandado de prisão em desfavor de Ítalo, no Bairro Torquato Neto.

O STJ, acerca do tema, editou a **Súmula 582**, confira-se:

Súmula 582 do STJ: “*Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada*”.

No caso, houve a inversão da posse da *res*, mediante grave ameaça, mediante utilização de arma de fogo, **o que basta para a consumação do roubo**. Além de típica, congruente com o disposto no art. 157, caput, do Código Penal, é a conduta do acusado antijurídica, visto não haver causa de exclusão da ilicitude, e culpável, por ser o réu imputável, tendo plena consciência da ilicitude de seus atos, sendo-lhes exigível outra conduta.

Deste modo, o que restou cabalmente demonstrado, durante toda instrução processual, as práticas delitivas descritas na peça exordial, diante das provas produzidas pelo órgão acusatório, de tal sorte que a defesa do acusado se conformou com a verdade produzida nos presentes autos, em relação ao delito de roubo praticado, inviabilizando o acolhimento da tese absolutória, suscitada pela defesa do inculcado, vez que destoante do contexto probatório produzido sob o crivo do contraditório.

MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA (art. 157, § 2º-A, I, do CP).

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

No que tange à majorante do emprego de arma (art. 157, § 2º-A, I, do CP), apesar desta não ter sido apreendida ou submetida a exame de potencialidade, tenho que, em decorrência das declarações colhidas da vítima, *restou cristalinamente comprovada a sua utilização para a prática delitiva*.

A causa de aumento em questão, dispensa a apreensão do artefato, bastando prova, por qualquer meio admitido, da sua efetiva utilização durante a ação subtrativa.

O potencial lesivo *in re ipsa* arma torna desnecessária (inclusive) a realização de perícia.

Nessa esteira, tenho que inviável afastamento da majorante do emprego de arma. Isso porque o conjunto probatório, notadamente o depoimento da vítima, evidencia a utilização de armas de fogo (aproximadamente três) na investida criminosa.

Segundo lecionado pela doutrina:

"O emprego de arma agrava especialmente a pena em virtude de sua potencialidade ofensiva, conjugada com o maior poder de intimidação sobre a vítima. Os dois fatores, na verdade, devem estar reunidos para efeitos de aplicação da majorante". (...). (GREGO, Rogério, Curso de Direito Penal, Parte Especial, p. 642).

A respeito do assunto, torna oportuno trazer à baila lições do eminente Prof. MÁRCIO ANDRÉ LOPES CAVALCANTE em que presta os devidos esclarecimentos quanto à jurisprudência das Cortes Superiores referente as peculiaridades existentes no roubo circunstanciado pelo emprego de arma, nestes termos:

"- Roubo circunstanciado pelo emprego de arma [Grifo no Original]

(...)

3) É necessário que a arma utilizada no roubo seja apreendida e periciada para que incida a majorante? NÃO. O reconhecimento da causa de aumento prevista no art. 157, §2º, I, do Código Penal prescinde (dispensa) da apreensão e da realização de perícia na arma, desde que provado o seu uso no roubo por outros meios de prova. Se o acusado alegar o contrário ou sustentar a ausência de potencial lesivo na arma empregada para intimidar a vítima, será dele o ônus de produzir tal prova, nos termos do art. 156 do Código de Processo Penal [Grifo Nosso]" In "VADE MECUM DE JURISPRUDÊNCIA Dizer o Direito. Editora JusPODIVM, 4ª edição, ano 2018, página 715.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

A jurisprudência pátria segue a mesma linha de raciocínio, mostrando-se **dispensável a apreensão da arma para a configuração da causa especial de aumento**, posto que o acusado foi preso em momento posterior, existindo a possibilidade do réu ter se desvencilhado da arma após o delito ou do artefato ter sido levado por seus demais comparsas (não identificados).

Sobre o tema:

STJ: "CRIMINAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO. EMPREGO DE ARMA. DESNECESSIDADE DE APREENSÃO E REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDÊNCIA DA MAJORANTE. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. I - Para a caracterização da majorante prevista no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, prescinde-se da apreensão e realização de perícia em arma utilizada na prática do crime de roubo, se por outros meios de prova restar evidenciado o seu emprego. Precedentes do STF. II - Os depoimentos do condutor, da vítima, das testemunhas, bem como qualquer meio de captação de imagem, por exemplo, são suficientes para comprovar a utilização de arma na prática delituosa de roubo, sendo desnecessária a apreensão e a realização de perícia para a prova do seu potencial de lesividade e incidência da majorante. III - A exigência de apreensão e perícia da arma usada na prática do roubo para qualificá-lo constitui exigência que não deflui da lei resultando então em exigência ilegal posto ser a arma por si só -- desde que demonstrado por qualquer modo a utilização dela - instrumento capaz de qualificar o crime de roubo. IV - Cabe ao imputado demonstrar que a arma é desprovida de potencial lesivo, como na hipótese de utilização de arma de brinquedo, arma defeituosa ou arma incapaz de produzir lesão. V - Embargos conhecidos e rejeitados, por maioria. (REsp 961.863/RS, Rel. p/ Acórdão Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2010, DJe 06/04/2011)

STJ: "HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. 1) UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO. AUSÊNCIA DE APREENSÃO E PERÍCIA. COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS DE PROVA. POSSIBILIDADE (...)

A jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que a incidência da majorante pela utilização de arma prescinde da apreensão e perícia no objeto, uma vez comprovada sua utilização por outros meios de prova, como o testemunho da vítima, como ocorreu no caso dos autos. (HC 252.736/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), 6ª TURMA, DJe 27/03/2015)

Ao que se vê, **somente com a presença de laudo pericial**, capaz de atestar a total falta de potencialidade lesiva nas armas, **é que seria possível a não incidência da aludida causa de aumento de pena** (revelando ônus da defesa a comprovação de que se tratava de simulacro ou a ausência de potencialidade lesiva utilizada durante o roubo).

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

Destarte, **a não apreensão da arma**, não é capaz de, por si só, afastar a qualificadora do inciso I, do §2º-A, do art. 157, do Código Penal, **revelando-se cabível a existência da majorante em questão**.

MAJORANTE DO CONCURSO DE PESSOAS (art. 157, § 2º, inciso II, do CP)

Também restou evidenciado o concurso de pessoas em face do vínculo psicológico existente entre os agentes (sendo apontado como integrante de uma gangue denominada “bonde dos quarenta”, subtraindo a arma do agente de polícia, ora vítima), que agiram com propósitos idênticos, coexistindo o conhecimento da conduta delituosa e a vontade delitiva voltada a um fim comum (art. 157, § 2º, II, do CP).

Quanto a esta majorante, destaco os ensinamentos de Weber Martins Batista, de grande valia:

“Não é preciso que todos os parceiros pratiquem grave ameaça ou violência; basta que um o faça, e que esse modo de execução seja de conhecimento e tenha a aprovação, expressa ou tácita, dos demais” (BATISTA, Weber Martins. O furto e o roubo no direito e no processo penal, p. 261) (grifo nosso).

Desta feita, reconheço a **incidência da majorante do art. 157, §2º, II do CP**.

Fato 3 – art. 14 da Lei n. 10.826/03

A **materialidade** do crime encontra-se demonstrada através da juntada do Inquérito Policial, auto de prisão em flagrante delito, Boletim de Ocorrência, auto de apresentação e apreensão, relatório policial, prova testemunhal colhida em juízo, laudo pericial, a confissão do acusado e dos demais elementos presentes no feito.

Além disso, sendo o crime de perigo abstrato, é prescindível a demonstração do risco de dano. Desse modo, basta que o agente incida no tipo penal para que esteja configurado o crime. Daí por que o simples ato de “possuir” ou “portar” a arma de fogo faz com que haja incidência no tipo penal.

Essa interpretação, aliás, é referendada pela jurisprudência do STF:

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRETENSÃO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RAZÃO DA ABOLITIO CRIMINIS TEMPORÁRIA. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DA MATÉRIA SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO. ARMA DESMUNICIADA. TIPICIDADE DA CONDUTA. PRECEDENTES. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA. 1. [...] 3. **O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é de mera conduta e de perigo abstrato, ou seja, consuma-se independentemente da ocorrência de efetivo prejuízo para a sociedade, e a probabilidade de vir a ocorrer algum dano é presumida pelo tipo penal.** Além disso, o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física, mas a segurança pública e a paz social, sendo irrelevante o fato de estar à arma de fogo municada ou não. Precedentes. 4. Habeas corpus conhecido em parte e, na parte conhecida, ordem denegada.

HC 112762/MS – Ministra Carmen Lúcia – Segunda Turma – Julgamento 02/04/2013

Em relação a **autoria**, também restou configurada sobre o réu **ÍTALO**. Isso porque, conforme apurado, de fato a arma de fogo era portada pelo denunciado, no Condomínio Torquato Neto, em um churrasco que ocorria no local, tendo o promovido empreendido fuga ao visualizar a guarnição policial. Posteriormente, foi apreendido e feita a busca pessoal, foi encontrada a arma de Francisco.

Destarte, à luz do conjunto probatório, o depoimento da testemunha arrolada pela acusação são coerentes e harmônicos, bem como a confissão do réu na fase judicial, apontam o denunciado como autor do delito descrito na peça vestibular, não remanescendo qualquer dúvida acerca da responsabilidade penal dele, o que revela a existência de provas concretas capazes de embasar seu decreto condenatório.

III – DISPOSITIVO

Pelo exposto, e por tudo mais que consta nos autos, **julgo procedente, em parte**, a pretensão acusatória deduzida na denúncia e aditamento à inicial (ids 25256839 e 27910547), para **submeter o acusado ÍTALO DA SILVA ARAÚJO nas sanções penais previstas nos arts. 157, §2º, inciso II, §2º-A, inciso I, do Código Penal c/c art. 14 da Lei n. 10.826/03**, na forma do art. 69 do Código Penal.

Em relação ao delito descrito no art. 329 do CP, **ABSOLVO o denunciado**, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, em sintonia com a tese propugnada pelas partes (acusação e defesa).

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

A C.A.C. (*id* 30298831) apontou a existência de duas condenações anteriores com trânsito em julgado (processos n. 0000309-19.2018.8.18.0034 – Vara Única de Água Branca – art. 33 da Lei n. 11.343/06 - 02/03/2017 e 0003218-36.2017.8.18.0140 – 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina-PI – art. 157, §2º, incisos I e II, do CP - 09/09/2019) anterior à data de abertura da presente ação.

Nos termos do art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal de 1988, e atento às diretrizes do art. 68, caput, do Código Penal (sistema trifásico), com vistas a estabelecer uma justa e adequada resposta penal do Estado, capaz de atender aos princípios da necessidade e suficiência, para repressão e prevenção dos crimes, **passo à individualização das penas do delito de roubo.**

1ª FASE: Circunstancias Judiciais – art. 59 do CP

As ações penais em andamento **não podem ser consideradas como maus antecedentes ante o princípio da presunção de inocência, nos termos da Súmula 444 do STJ.**

Na ausência de parâmetro legal para fins de fixação da pena mínima na primeira fase da pena, sigo a orientação firmada no STJ de promover o aumento ideal de **1/8 (um oitavo)** a cada circunstância judicial negativamente valorada, a incidir sobre o intervalo de pena abstratamente estabelecido no preceito secundário do tipo penal incriminador (*STJ, HC n. 556.629/RJ, 5ª T., Data do Julgamento: 03/03/2020*).

Culpabilidade: normal à espécie, nada havendo a valorar, não tendo se configurado exacerbação da intensidade do dolo ou outro elemento que possa justificar uma maior censura ou repreensão.

Antecedentes: em dissonância com o requerimento deduzido pela defesa, o vetor deve ser valorado negativamente, **em razão da condenação já acobertada pelo manto da coisa julgada, existente no processo n. 0000309-19.2015.8.18.0034 (transitado em julgado em 02/03/17)**, o que autoriza o recrudescimento da basilar, a condenação do outro processo será utilizada na próxima etapa;

Conduta Social: sem indicativos concretos que venham a desabonar o seu modo de vida, ou seja, sua interação com o meio em que convive;

Personalidade: não foram coletados, durante a instrução, dados capazes de informar a respeito da personalidade do agente, não podendo esta omissão ser levada em desfavor (*STJ, HC 834439/SP; STJ, HC 279605/AM; STJ, HC nº 130.835/MS; STJ, HC 136685/RS; e STJ, HC 296065/PE*);

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

Motivos do Crime: estão relacionados ao objetivo perverso de lucro fácil, em prejuízo da propriedade e liberdade alheias;

Circunstâncias do Crime: serão analisadas na terceira etapa (emprego de arma e concurso de agentes);

Consequências: O mal causado pelo crime transcendeu o resultado típico, na medida em que a vítima descreveu forte abalo emocional de sua família (dois filhos com tenra idade, especialmente a filha menor demonstrar nervosismo ao chegar à sua residência) ao relatar o fato (vide mídia audiovisual), autorizando o recrudescimento desta basilar;

Comportamento da vítima: em nada determinou ou incentivou a prática delitiva;

Por isso, em razão da existência de circunstâncias de **1 (uma) circunstância desfavorável ao condenado** (antecedentes), fixo as penas-base no **acima** do legal, perfazendo, assim, a basilar em **4 (quatro) anos e 9 (nove) meses reclusão e ao pagamento de 11 (onze) dias-multa.**

2ª FASE: ATENUANTES E AGRAVANTES

Na **segunda fase** de fixação da pena, inexistem atenuantes a serem aplicadas. Contudo, verifico a incidência da **AGRAVANTE** prevista **art. 61, inciso I, do Código Penal** (reincidência específica – Processo n. 0003218-36.2017.8.18.0140, vez que condenado pela prática de delito descrito no art. 157, §2º, inciso I e II, CP).

Em consequência, **AGRAVO** a reprimenda em 1/6 (um sexto), estipulando a pena intermediária em **5 (cinco) anos, 6 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, além do pagamento de 12 (doze) dias-multa.**

3ª FASE: CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DA PENA

Na terceira fase, não se encontram presente quaisquer causas de diminuição da pena. Por outro lado, concorrem **duas causas de aumento** previstas no **art. 157, §2º, II, §2º-A, I, do CP.**

O **art. 68, parágrafo único, do Código Penal**, estabelece apenas uma possibilidade (e não um dever) de o magistrado, na hipótese de concurso entre causas de aumento de penas previstas na parte especial, limitar-se a uma só diminuição, ou a um só aumento de pena.

Acerca do Tema, já decidiu o STJ:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO REGIMENTAL. ART. 258 DO RISTJ. CINCO DIAS. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. **ROUBO MAJORADO. AUMENTO DA PENA NA TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. ART. 68, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP. CARÊNCIA DE MOTIVAÇÃO CONCRETA PARA A APLICAÇÃO SUCESSIVA DAS CAUSAS DE AUMENTO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.**

1. O agravo regimental deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, conforme estabelecido no art. 258 do RISTJ, o que não ocorreu no caso.
2. Todavia, impõe-se a concessão de habeas corpus de ofício para que a pena seja reduzida na terceira fase da dosimetria, diante da ausência de fundamentação idônea para a aplicação sucessiva das causas de aumento.
3. Em relação ao crime de roubo, a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o art. 68, parágrafo único, do Código Penal, não exige que o juiz aplique uma única causa de aumento referente à parte especial do Código Penal, quando estiver diante de concurso de majorantes, mas que sempre justifique a escolha da fração imposta.
4. No caso, a Corte de origem olvidou-se de motivar a adoção das frações de aumento relativa ao emprego de arma de fogo e de concurso de agentes de forma cumulada, tendo se limitado a ressaltar a incidência das duas majorantes, o que não serve como justificativa para o incremento sucessivo. Nesse contexto, resta evidenciada flagrante ilegalidade na aplicação cumulativa das causas de aumento previstas no art. 157, § 2º e § 2º-A, ambos do Código Penal.
5. Agravo regimental não conhecido. Concessão de habeas corpus, de ofício, para reduzir a pena do agravante ao patamar de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, mais o pagamento de 18 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação.

(AgRg no AREsp 1708462/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/10/2020, DJe 20/10/2020)

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. DOSIMETRIA. MANUTENÇÃO DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRESCINDIBILIDADE DA APREENSÃO E DA PERÍCIA. CONSTATAÇÃO DO POTENCIAL LESIVO POR OUTROS MEIOS DE PROVA. APLICAÇÃO SUCESSIVA DAS CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. POSSIBILIDADE. SANÇÃO MAIS RIGOROSA PELAS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. REGIME PRISIONAL. PENA SUPERIOR A 8 ANOS. LITERALIDADE DO ART. 33, § 2º, A, DO CP. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, quando do julgamento do EREsp n. 961.863/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, firmou o entendimento no sentido de que, para a incidência da causa especial de aumento prevista no art. 157, § 2º-A, I, do Código Penal, é dispensável a apreensão e realização de perícia no respectivo objeto, desde que existentes outros meios comprobatórios da utilização da arma de fogo na prática delituosa

II - No caso dos autos, a incidência da majorante foi mantida com lastro na prova oral colhida em juízo, concluída, assim, a aptidão da arma de fogo utilizada no crime de roubo.

III - A jurisprudência desta Corte considera legítima a aplicação cumulada das majorantes relativas ao concurso de pessoas, restrição à liberdade e ao emprego de arma de fogo, no crime de roubo, quando as circunstâncias do caso concreto demandarem uma sanção mais rigorosa, destacado especialmente por elementos como o modus operandi do delito, como no caso em exame.

IV - A literalidade do art. 33, § 2º, a, do CP impõe o regime fechado para as penas superiores a 8 anos, como na hipótese em concreto, na qual fixada reprimenda de 9 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão.

V - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 589.733/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/09/2020, DJe 23/09/2020)

Sob esse aspecto, entendo que as circunstâncias do caso concreto exigem a aplicação, de forma **CONCOMITANTE**, das qualificadoras em questão. Não bastasse restou apurado que o agente se encontrava em casa de eventos manejando artefato bélico. Irresignado com a abordagem da vítima (policial), conclamou aliados a retomarem sua arma, bem como participou do linchamento de Francisco e concorreu para a subtração da sua arma, vindo a ser apreendido posteriormente em poder da arma da vítima. A vantagem numérica (aproximadamente 10 comparsas entre homens e mulher, vide relatos da vítima) assegurou o pleno êxito da empreitada, inviabilizando as suas chances de reação ou de alguém lhe prestar auxílio, assegurando o pleno êxito da empreitada criminosa, resultando na inversão da posse dos bens arrecadados.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

Nesse contexto, procedo o **AUMENTO DA PENA**, no patamar correspondente a **1/3 (um terço)**, em razão do modo concursal de agentes e diante do risco de morte da vítima, bem como pelo grau de periculosidade evidenciado pelas circunstâncias do caso concreto.

Em razão disso, **AUMENTO** a pena do sentenciado para **7 (sete) anos, 4 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa.**

Além disso, **de forma concorrente, AUMENTO** a reprimenda, anteriormente estipulada, em razão do **emprego de arma(s) de fogo**, motivo pelo qual, com fundamento no **art. 157, § 2º-A, I, do CP**, majoro as penas em **2/3 (dois terços)**, resultando as sanções **pelo delito descrito no art. 157, §2º, II, §2-A, inciso I, do Código Penal** em **12 (doze) anos, 3 (três) meses e 23 (vinte e três) dias de reclusão, além do pagamento de 26 (vinte e seis) dias-multa.**

Fato 2 – art. 14 da Lei n. 10.826/03 (porte irregular de arma de fogo)

1ª FASE: PENA-BASE

A **culpabilidade** é normal para o tipo em análise. **Existe condenação por fato anterior ao processo em comento sob o n. 0000309-19.2018.8.18.0034. A conduta social** não restou evidenciada. Os **motivos** não restaram apurados nestes autos, pelo que não podem ser tidos como desfavoráveis ao acusado. A **personalidade** não pode ser tida como distorcida e tendenciosa à prática delitiva até mesmo porque o processo judicial não possui elementos que atestem tal situação. O crime não se cerca de **circunstâncias** que autorizem a modificação da pena. As **consequências** não foram mais gravosas. Por se tratar de delito contra a incolumidade pública, inexistente no processo qualquer elemento que indique **influência da sociedade (vítima)** para a prática do crime em questão.

Considerando a existência de uma circunstância judicial desfavorável (maus antecedentes), e tendo em vista os limites abstratos fixados no **artigo 14 da Lei 10.826 de 2003**, fixo a pena base **acima** do mínimo legal, ou seja, em **2 (dois) anos e 3 (três) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.**

2ª FASE: ATENUANTES E AGRAVANTES

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

Inicialmente, devo esclarecer que o magistrado necessita apurar se a confissão efetuada pelo réu colaborou, de algum modo, à busca da verdade processual, a ponto de contribuir ao juízo de convicção daquele. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sumulado por meio do **verbetes n. 545** (*"Súmula n. 545 – Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal."*).

No presente caso, verifico que as versão apresentada pelo réu não teve a natureza de uma confissão qualificada, em que ora tentou readequar a conduta dele a um tipo penal menos gravoso, ora tentou se eximir de qualquer participação nos delitos.

Nesse contexto, **indefiro** o pleito formulado pela defesa de Ítalo. Por conseguinte, **deixo de reconhecer a atenuante da confissão espontânea**, pois a admissão por parte do acusado não foi capaz de auxiliar na formação da convicção deste julgador. Ademais, demonstrada está a dedicação do imputado a atividades criminosas, razão pela qual é cassado o privilégio e, por conseguinte, a permuta da pena prisional.

A outro giro, constatei a incidência da **AGRAVANTE da reincidência** (art. 60, inciso I, do Código Penal – Processo n. 0003218-36.2017.8.18.0140), ensejando a fixação da reprimenda intermediária em **2 (dois) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e ao pagamento de 12 (doze) dias-multa**.

3ª FASE: CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DA PENA

Na terceira fase, não concorrem causas de diminuição ou de aumento de pena.

CONCRETIZAÇÃO DAS REPRIMENDAS

Considerando a prática de dois delitos de naturezas distintas (art. 157, §2º, inciso II, §2-A, inciso I, CP e art. 14 da Lei n. 10.826/03), com base no art. 69 do Código Penal, devem ser somadas as penas dosadas. Em vista disso, fixo a pena **DEFINITIVA em 14 anos, 11 (onze) meses, 8 (oito) dias de reclusão e ao pagamento de 38 (trinta e oito) dias-multa**.

Atendendo às condições econômicas do réu, arbitro cada dia-multa à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos (art. 60, CPB).

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

As multas deverão ser atualizadas quando da execução, na forma do art. 49, § 2º, do Código Penal Brasileiro.

Em face do *quantum* fixado, aliada a existência de maus antecedentes e frente ao reconhecimento da reincidência, determino que **as penas sejam cumpridas no regime FECHADO**.

Considerando o *quantum* fixado das penas, a prática de delito com emprego de modo concursal e emprego de arma de fogo, fazendo valer a violência real em desfavor da vítima do roubo, incluindo, outrossim, a reincidência, impossível a aplicação de qualquer benesse substitutiva ou suspensiva em favor do sentenciado (arts. 44 e 77, ambos do CP).

RECURSO EM LIBERDADE

Nos termos do parágrafo único do **artigo 387 do CPP**, a manutenção da prisão preventiva do acusado é **indispensável à garantia da ordem pública e da paz social**, sendo insuficientes e inadequadas as medidas cautelares elencadas no artigo 319 do CPP.

Isso porque, até o presente momento, não se tem notícia de elementos que alterem para melhor o contexto fático-jurídico que permeou a decretação da prisão cautelar do sentenciado, permanecendo válidos, *in totum*, os motivos que a ensejaram.

Com efeito, restou comprovado (juízo de certeza da materialidade e autoria delitiva) que o acusado cometeu um delito de roubo majorado pelo uso de arma de fogo, em concurso de agentes com outros indivíduos não identificados, com *modus operandi* que demonstra sua periculosidade em concreto, vez que foi cometida violência real em face da vítima.

Em adição, a C.A.C evidencia a existência de outros procedimentos e processos abertos em desfavor de Ítalo, subsistindo duas condenações em definitivo, o que evidencia o risco de reiteração delitiva e a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão (art. 319, CPP) para resguardarem a sociedade.

Dessa feita, com fulcro nos artigos 312 e 313, inciso I, ambos do CPP, ante o perigo gerado pelo estado de liberdade do acusado, **mantenho a prisão preventiva de ÍTALO DA SILVA ARAÚJO, por seus próprios fundamentos.**

Expeça-se guia de execução provisória e dê-se ciência ao Juiz da Execução Penal para providências cabíveis.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

Certifique-se quanto ao decurso do prazo para ajuizamento do respectivo incidente de restituição de bem apreendido, objeto da intimação (id 28845868).

Uma vez constatado o exaurimento do prazo fixado na intimação, autorizo, desde já, a destruição da arma e cartuchos apreendidos (apreendida documento id 24686861), conforme já determinado anteriormente no bojo deste processo (item 5, do documento id 28631705).

APLICAÇÃO DO § 2º, DO ART. 387 DO CPP

Levando em conta a data da prisão do sentenciado e o número de ações em curso, além do cumprimento definitivo de penas, em desfavor de ÍTALO, **deixo de efetuar a DETRAÇÃO**, eis que o período de prisão não exerce nenhuma influência no regime prisional inicialmente estipulado, conforme prevê o art. 112 da LEP, não gerando qualquer influência no regime inicial estabelecido (*fechado*).

Assim, caberá tal providência ao Juiz da VEP, no momento oportuno.

Remeta-se a guia de execução provisória e cópia desta sentença ao Juiz da Execução Penal.

Deixo de arbitrar indenização à vítima, pois no decorrer do processo, a parte interessada na reparação deveria fazer a prova necessária e indispensável a embasar a sua pretensão, o que não houve. Ademais, o objeto subtraído foi restituído.

Nesse contexto, indefiro o pleito de reparação de danos.

Condeno o sentenciado no pagamento de custas processuais, *observado o disposto no art. 804 do CPP*.

Em conformidade com o disposto no art. 201, §2º do CPP, proceda-se à comunicação da vítima sobre a sentença. Não sendo encontrados o sentenciado e/ou a vítima nos endereços que consta dos autos, a intimação destes deverá ser feita por meio de edital.

Ausentes outros bens a serem destinados nos autos.

Após o trânsito em julgado

a) proceda-se o preenchimento restante do Boletim Individual e remessa ao Instituto de Identificação, com as formalidades legais;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

b) comunique-se ao TRE do Piauí para fins de suspensão dos direitos políticos do sentenciado, enquanto durarem os efeitos da condenação (art. 15, III, da CF/88);

c) Uma vez já expedida a Guia de Execução Provisória, expeça-se guia de execução definitiva e remeta-se à Vara de Execução Penal desta Comarca;

d) considerando o disposto no art. 51 do CP, deve a pena de multa e as custas processuais serem cobradas no Juízo de Execução.

Intime-se o réu, os representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos pessoalmente.

Realizadas as diligências de lei e com o trânsito em julgado da sentença, **arquivem-se os presentes autos**, com baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

TERESINA-PI, 06 de agosto de 2022.

João Antônio Bittencourt Braga Neto
Juiz de Direito – 3ª Vara Criminal

Assinado eletronicamente por: JOAO ANTONIO BITTENCOURT BRAGA
NETO

09/09/2022 09:55:26

<https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 31320875



22090909552673900000029496820

IMPRIMIR

GERAR PDF